

ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ENDS 2015

1º Relatório Intercalar de Execução

Fevereiro de 2008

Nota Introdutória

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e o respectivo Plano de Implementação (PIENDS) foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto. Essa Resolução criou também uma equipa de coordenação operacional da implementação da estratégia liderada pelo Prof. António Gonçalves Henriques, a quem foi atribuída a missão de elaborar relatórios semestrais de execução, sob supervisão do Coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico e tendo por suporte a rede de pontos focais que apoiam esse processo de coordenação.

A ENDS 2015 foi concebida como uma arquitectura de integração e projecção no horizonte de 2015 dos diversos instrumentos de planeamento estratégico do Governo, em particular do Programa Nacional de Reformas (PNACE), do Plano Tecnológico (PT), do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e das estratégias e medidas sectoriais que os integram.

O PIENDS foi construído como um referencial dinâmico e participativo, a partir dos objectivos, vectores e linhas de orientação definidos na ENDS 2015, permitindo uma permanente actualização de medidas no quadro da avaliação e actualização dos seus programas de suporte. Por outro lado, o PIENDS constituiu um referencial de enquadramento à definição e regulamentação do Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN 2007/2013), principal fonte de financiamento da sua execução.

Neste contexto, o progresso da execução da ENDS 2015 e do PIENDS reflecte-se nos relatórios de execução dos vários programas de acção e do QREN.

Entendeu por isso a equipa de coordenação operacional da ENDS 2015 neste relatório semestral não proceder a uma repetição exaustiva de relatórios e avaliações sectoriais que são públicas, mas antes apresentar uma síntese dos progressos mais significativos atingidos em cada objectivo da estratégia, privilegiando a dimensão sustentabilidade.

Decidiu ainda proceder a uma análise integrada das políticas que se conjugam para dar resposta ao tema das alterações climáticas, tema central na agenda da sustentabilidade à escala do Globo, da Europa e de Portugal, num domínio em que o nosso País assume a ambição de estar na primeira linha de investigação e acção. As políticas relacionadas com o combate às alterações climáticas merecem, assim, um destaque especial neste relatório.

Será prática dos relatórios semestrais destacar um tema central da implementação da ENDS 2015. Por outro lado, de dois em dois anos serão elaborados relatórios exaustivos de concretização global da ENDS 2015 e do PIENDS.

Alterações Climáticas e Energia

O empenhamento do Governo no controle das emissões de CO₂, bem como a importância crucial da política energética como força motriz do crescimento económico, da protecção ambiental e da sustentabilidade, impõem este tema como central na avaliação da sustentabilidade no ano transacto.

O Protocolo de Quioto e respectivo acordo de partilha de responsabilidades na UE, no qual se estabeleceu uma limitação no crescimento das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) para Portugal no período de 2008 a 2012 de 27% relativamente a 1990, enquadra o tema das alterações climáticas no âmbito nacional e internacional.

A estratégia de Portugal para o cumprimento da meta de Quioto baseia-se essencialmente em três pilares: (a) **Programa Nacional de Alterações Climáticas** (PNAC) – Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2006, de 23 de Agosto -, que estabelece políticas e medidas para diversos sectores, monitorizado através de planos de acção sectoriais da responsabilidade dos ministérios, monitorização que contempla a activação de planos de contingência caso se registem atrasos na implementação da medida ou risco de incumprimento dos objectivos de redução das emissões estimadas; (b) **Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão** (PNALE II 2008-2012), cuja atribuição representa aproximadamente 44% das emissões nacionais, cobrindo cerca de 210 instalações. Os sectores abrangidos pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) são: produção de energia, refinação, fornos de coque, cimento, cal, pasta e papel, cerâmica, vidro e produção e transformação de metais não ferrosos. Para efeitos de cumprimento, as instalações poderão adquirir Certificados de Redução de Emissões e Unidades de Redução de Emissões, provenientes dos mecanismos de Quioto, até 10% das licenças de emissão que lhes forem atribuídas para o período em referência; (c) **Fundo Português de Carbono** (FPC), suporte financeiro do Governo para o cumprimento da meta de Quioto, sendo gerido pelo Comité Executivo da Comissão para as Alterações Climáticas (CECAC). Os recursos financeiros do FPC provêm das dotações do Orçamento do Estado definidas no PNAC 2006, e em 2007 foram-lhe afectas as receitas resultantes da harmonização fiscal sobre o gasóleo de aquecimento e da taxa sobre as lâmpadas de baixa eficiência energética.

O défice estimado de Portugal no PNAC 2006 é de cerca de 8,22 Mt CO₂eq./ano. Este défice será coberto por políticas e medidas adicionais (com um potencial de redução de 3,69 Mt CO₂eq./ano), por redução das emissões das instalações abrangidas pelo CELE – 0,09 Mt CO₂eq./ano - e por recurso aos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto, através de investimentos governamentais do FPC (3,7 Mt CO₂eq./ano). O FPC deverá ainda adquirir mais 2,0 Mt CO₂eq./ano de modo a cobrir as emissões resultantes de novos investimentos, considerados prioritários para o crescimento da economia, cujas emissões estão previstas na “reserva para as novas instalações” da proposta no PNALE II, representando um total de créditos a adquirir de 5,8 Mt CO₂eq./ano.

Importa chamar a atenção para o facto de que, devido sobretudo às novas metas definidas em 2007 no sector da oferta de energia de base renovável e à aceleração da taxa de penetração dos biocombustíveis nos transportes referidas nos parágrafos seguintes, as quais permitem um potencial de redução de GEE da ordem dos 1,56 Mt CO₂ eq./ano, o défice final de emissões que deverá ser suprido através do Fundo Português de Carbono, é de 2,88 Mt CO₂ eq./ano.

Em 2007 o FPC subscreveu um total de 25 milhões de euros em diversos fundos de carbono, que revertem em projectos no âmbito dos mecanismos de flexibilidade do Protocolo de Quioto: 3 milhões de euros no *Luso Carbon Fund* (Fomentinvest SGPS, Banif Investimento e BES Investimento 10 milhões de euros no *Carbon Fund for Europe* do BIRD (Grupo Banco Mundial) e do BEI; 12 milhões de euros no *Asia Pacific Carbon Fund* (Banco Asiático de Desenvolvimento). Assumindo um valor médio indicativo de 12 euros de créditos adquiridos por tonelada de CO₂eq., estes investimentos poderão corresponder a cerca de 2,09 milhões de toneladas de CO₂eq.

Para a implementação de actividades de projectos de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo Portugal assinou Memorandos de Entendimento (MoU) com Argentina, Brasil, Cabo Verde, Colômbia, El Salvador, Guiné-Bissau, México, Moçambique e Tunísia.

O **sector de produção de energia** representa cerca de 56,8% das licenças atribuídas às instalações cobertas pelo PNALE I 2005-2007, evidenciando a importância deste sector de actividade económica no desafio das alterações climáticas e da eficiência energética. Cerca de 70% do esforço de redução resultante das políticas e medidas adicionais previstas no PNAC 2006 incidem no sector da energia, nas áreas da eficiência energética e das fontes de energia renováveis (FER).

No que diz respeito à política energética, o Governo aprovou, em 2005, a **Estratégia Nacional para a Energia**, que definiu três objectivos em linha com a política europeia para a energia: garantir a segurança de abastecimento, estimular e favorecer a concorrência no sector, e alcançar uma adequação ambiental do processo energético.

Para a criação de um mercado liberalizado e concorrencial foi criado um quadro legal que incide sobre o alargamento da oferta, a dinamização do mercado e o acesso às redes e regulação independentes. Relativamente à liberalização dos mercados, as medidas adoptadas no mercado da electricidade permitirão o exercício do direito de escolha aos consumidores. Quanto ao mercado do gás, as licenças atribuídas a novas centrais permitirão a entrada de mais concorrentes, tendo sido antecipadas as datas de liberalização deste mercado no segmento doméstico de 2012 para 2010 e, no segmento industrial, de 2010 para 2009.

Com o objectivo de promover o desenvolvimento económico, reduzir a dependência energética externa, combater as alterações climáticas, fomentar a investigação e desenvolvimento em áreas de vanguarda tecnológica, e dar cumprimento aos compromissos estabelecidos a nível internacional, foram revistas em 2007 as metas estabelecidas, em particular nas áreas das energias renováveis e da eficiência energética.

No domínio das **energias renováveis**, Portugal estabeleceu um dos objectivos mais ambiciosos da UE: a meta de produção de electricidade a partir de FER, passa de 39% para 45% do consumo bruto de electricidade em 2010, com uma aposta forte em:

Energia Eólica – em 2007 foi lançado um concurso em 2 fases, de atribuição até 1 800 MW de capacidade instalada, com a criação de um *cluster* industrial, promovendo o desenvolvimento regional a nível económico, social e tecnológico;

Energia Hídrica - antecipar, no curto-prazo, os investimentos de reforço de potência em infra-estruturas existentes (Picote, Bemposta e Alqueva). Estão planeados investimentos no sentido de, até 2020, alcançar 7 000 MW de capacidade instalada, atingindo o objectivo de exploração de 70% do potencial hídrico nacional;

Biomassa florestal - valorizar a biomassa florestal através da criação de uma rede descentralizada de cerca de 15 centrais de biomassa com o objectivo de aumentar a capacidade instalada, promover os recursos e potencial florestal regionais, contribuindo igualmente para a redução dos riscos de incêndios.

Biocombustíveis - estabelecer uma nova meta de 10% de biocombustíveis incorporados em toda a gasolina e gasóleo rodoviários até 2010. Este objectivo ultrapassa o estabelecido pela UE que tem como meta indicativa, para a mesma data, 5,75%. Visando a promoção da utilização dos biocombustíveis em substituição dos combustíveis fósseis, no final de 2006 foram aprovadas alterações ao Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo, passando os biocombustíveis a beneficiar de isenção, total ou parcial, de Imposto sobre Produtos Petrolíferos e Energéticos (ISP).

Biogás - definir objectivos e um plano de acção numa vertente não contemplada anteriormente, estabelecendo um aumento de potência instalada em unidades de tratamento anaeróbio de resíduos.

Energia Solar e Fotovoltaica – garantir o cumprimento efectivo das metas, para o qual irá contribuir a instalação da maior central fotovoltaica do mundo em Moura, com a criação de unidades industriais e de inovação associadas, e assegurar a ligação com políticas e metas de micro-geração e de sistemas de energia solar nos edifícios.

Micro-geração - está em fase de lançamento um sistema de simplificação legal para o micro fotovoltaico e eólico apelidado de “Renováveis na hora”. Destaca-se ainda a exclusão de tributação em sede de IRS para os rendimentos até 5 000 euros gerados no âmbito de unidades de microprodução de electricidade.

Água Quente Solar - incentivos à instalação de Água Quente Solar em edifícios.

Energia das Ondas – aumentar a capacidade de instalação através da criação de uma zona piloto, de novos protótipos de desenvolvimento tecnológico industrial e pré-comercial existentes.

Evolução da Potência Instalada em Renováveis (MW) e Metas para 2010

	1997	2007(até Set.)	Metas para 2010
Hídrica	4 375	4 873	5 575
Eólica	29	2 081	5 100*
Biomassa (sem cogeração)	-	24	250
Biogás	1	11	100
RSU		98	
Fotovoltaica	0,53	14,5	150
Ondas/Marés			250
Geotérmica	8,8	30	

*Meta para 2012

Fonte: DGEG

Quanto à **energia termoelétrica**, entrarão em funcionamento novas centrais de ciclo combinado a gás natural (4 centrais com um total de potência instalada de 3 200 MW, que permitirão passar de 2 160 MW em 2006 para 5 360 MW em 2010), decorrerá o descomissionamento de 2 grupos do Carregado e dos grupos 3 e 4 de Tunes em 2008 (400 MW), o encerramento da central do Barreiro e o funcionamento zero das restantes centrais a fuel em 2010 e, a partir de 2010 o encerramento das restantes centrais a fuel. Será criada uma reserva de 800 MW em Sines para o carvão limpo e uma nova aposta na co-combustão, que permitirá substituir 5-10% do carvão usado nas centrais de Sines e do Pego por biomassa ou combustível derivado de resíduos (CDR) em 2010.

A aposta na **eficiência energética**, quer do lado da oferta quer da procura, é uma outra prioridade estratégica nacional com vista à redução dos impactes ambientais e da intensidade energética, prevendo-se uma redução de cerca de 10% no consumo de energia até 2015. Neste campo destacam-se: (a) Plano Nacional de Acção para Eficiência Energética, com o objectivo de conseguir medidas de redução de cerca de 9% do consumo energia em 2015; (b) publicação de nova legislação em matéria de eficiência energética nos novos edifícios, que impõe exigências na ordem de 40%, de entre as quais se salienta o Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, em aplicação desde Julho de 2007; (c) aplicação do Regulamento de Gestão de Consumos Energéticos, tendo em vista a eficiência energética no sector industrial, que dará um novo impulso neste sector; (d) redução do consumo de energia pelo Estado através do Plano de Compras Públicas Ecológicas, tendo como objectivo último a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Aprovaram-se **medidas fiscais**, nomeadamente estabelecendo uma taxa sobre as lâmpadas de baixa eficiência energética e aumentando a carga fiscal sobre o gasóleo de aquecimento, ao nível dos sectores residencial e dos serviços

No âmbito da Reforma da Tributação Automóvel, foi reforçada a **componente ambiental no cálculo do imposto** associada às emissões de dióxido de carbono dos veículos, dissuasora da aquisição de veículos mais poluentes. Com a publicação dos Códigos do Imposto sobre Veículos (ISV) e do Imposto Único de Circulação, em Junho de 2007 a

componente ambiental passou a representar em média 30% do total do ISV, e passou, a partir de 1 de Janeiro de 2008, para 60%, assumindo este imposto uma natureza marcadamente ambiental. Por outro lado, os veículos com sistema de propulsão a gasóleo que apresentem níveis de emissões de partículas inferiores a 0,005 g/km passaram a beneficiar de uma redução de 500 euros do montante total de imposto a pagar. Acresce que o ISV foi desagravado, em média, cerca de 10%, transferindo-se progressivamente essa carga fiscal para o imposto de circulação. A componente ambiental foi igualmente introduzida no cálculo do **Imposto Único de Circulação**, nas mesmas percentagens utilizadas para o ISV.

No sector dos transportes houve **simplificação dos procedimentos de abate de veículos** em fim de vida, a manutenção do incentivo na aquisição de um veículo novo, e a **reestruturação da oferta da CP** conduziu a um aumento dos passageiros transportados em modo ferroviário.

1º OBJECTIVO – PREPARAR PORTUGAL PARA A “SOCIEDADE DO CONHECIMENTO”

Com este Objectivo pretende-se melhorar qualificações e criar competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento, acelerando o conhecimento científico e tecnológico como base para a inovação.

No período em análise destaca-se o esforço do Governo na **Reforma do Ensino Básico e Secundário**, em estreita articulação com a **Reforma da formação profissional**, a **reforma do Ensino Superior e de formação avançada** assim como a **Aprendizagem ao longo da vida** nomeadamente através da **Iniciativa Novas Oportunidades**.

No que diz respeito à **Reforma do Ensino Básico e Secundário**, o Governo adoptou medidas de combate ao insucesso escolar e de melhoria da qualidade da aprendizagem.

Quanto ao **combate ao insucesso escolar** destacam-se as seguintes medidas: (a) desenvolvimento de cursos profissionais em escolas secundárias públicas, o que se traduziu num aumento da oferta para 2001 cursos profissionais no ano lectivo de 2007-2008 (mais 1 000 que no ano anterior), cobrindo cerca 35% alunos do ensino secundário; (b) aumento de vagas nos Cursos Educação e Formação (CEF), com alargamento às escolas profissionais da possibilidade de desenvolver cursos profissionais de nível II (9.º ano); (c) aumento do número de vagas nos CEF nas escolas das redes pública e privada, registando-se 2 090 cursos CEF para o ensino básico (mais 800 que no ano lectivo anterior) envolvendo 32 000 novos alunos; (e) elaboração de planos de recuperação de alunos com dificuldades de aprendizagem; (f) reforço da Acção Social Escolar para os alunos carenciados.

Estas medidas traduziram-se num aumento do número de alunos matriculados nos ensinos básico e secundário (cerca de 21 000) e no aumento do número de alunos que ingressaram no ensino superior (aproximadamente mais 7 000 do que no ano transacto). Traduziram-se ainda numa redução das taxas de repetência nos ensinos básico e secundário e na redução da saída precoce do sistema educativo (nos três primeiros trimestres de 2007 a saída escolar precoce passou de cerca de 39% em 2006 para 37,8%). A percentagem de jovens dos 20 aos 24 anos que terminaram, pelo menos, o ensino secundário aumentou de 49,6% em 2006 para 54,4%.

Quanto à **melhoria da qualidade da aprendizagem** destacam-se: (a) orientações curriculares para o 1º Ciclo reforçando as competências básicas na Língua Portuguesa e Matemática; (b) escola a tempo inteiro – actividades de enriquecimento curricular com a generalização do acesso a actividades diversificadas nas escolas do 1.º ciclo do ensino básico até às 17h30 e, em particular, de Inglês para todos os alunos dos 3.º e 4.º anos de escolaridade; (c) universalização das provas de aferição – 118 730 alunos do 4.º ano (6 787 escolas) e 126 822 do 6.º ano (1 117 escolas).

No âmbito do **Plano Tecnológico da Educação** distribuíram-se pelas escolas 1 628 quadros interactivos, 365 projectores de vídeo e 428 computadores de secretária. Lançou-se a iniciativa Escolas, Professores e Computadores Portáteis, proporcionando o apetrechamento de mais de 1 000 salas de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) com 14

computadores, passando o rácio a ser de um computador para 13 alunos. Desenvolveu-se a iniciativa **E-escolas**, que visa facilitar a aquisição de computadores portáteis e acesso à *Internet* de banda larga aos alunos do 10º ano (e-escola), aos professores do ensino básico e secundário (e-professor) e aos trabalhadores em formação inscritos na iniciativa Novas Oportunidades (e-oportunidades). Até Dezembro de 2007 foram entregues cerca de 100 000 computadores portáteis no âmbito desta iniciativa.

Com o objectivo de dinamizar a **Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV)** com vista ao aumento dos níveis habilitacionais e de qualificação da população adulta que abandonou precocemente o sistema educativo, foi criada a **Iniciativa Novas Oportunidades** (jovens e adultos) que visa promover a escolarização do 12º ano e a valorização social da escola e da formação profissional, numa óptica de aceder a melhores oportunidades de emprego e de realização pessoal. Destacam-se os seguintes resultados alcançados: (a) no pilar **Adultos**, até Dezembro de 2007 foram abrangidos 352 560 adultos, dos quais aproximadamente 150 000 procuraram uma qualificação de nível secundário; foram certificados, desde 2001, 143 000 adultos, cerca de 60% entre 2006 e 2007; a rede de Centros Novas Oportunidades foi objecto de expansão e consolidação, passando de 98 para 269 Centros, tendo-se procedido à assinatura de mais de 500 protocolos e acordos de cooperação com o objectivo de mobilizar entidades empregadoras e trabalhadores (cerca de 600 000 pessoas); (b) no pilar **Jovens**, a aposta na diversificação das modalidades de educação e formação de nível secundário permitiu inverter a tendência de perda de alunos no ensino secundário, bem como reduzir a taxa de retenção e, conseqüentemente, prevenir a saída escolar precoce (cf. medidas de combate ao insucesso escolar). Em 2007 estavam matriculados em cursos de dupla certificação (escolar e profissional) de nível secundário cerca de 120 700 jovens, constatando-se que a percentagem dos jovens inseridos nas vias profissionalizantes representa 40% do total de inscritos nesse nível de ensino; no que respeita ao nível básico, frequentam cursos de dupla certificação cerca de 44 130 jovens.

Procurou-se, assim, **reforçar e diversificar as oportunidades de qualificação de jovens e adultos**, para o que contribui também a reorganização dos Cursos de Especialização Tecnológica, a criação de respostas específicas para quem frequentou (sem concluir) percursos formativos de nível secundário, a regulamentação do processo de reorientação do percurso formativo dos alunos e o alargamento para o nível secundário dos processos de formação e certificação dos adultos com a aprovação do Referencial de Competências Chave de nível secundário e com o lançamento de Cursos de Educação e Formação de Adultos de nível secundário numa lógica de dupla certificação.

Está em curso o processo de concretização da **Reforma da Formação Profissional**, acordada com a generalidade dos parceiros sociais com assento na Comissão Permanente de Consertação Social (CPCS), em particular com a institucionalização do **Sistema Nacional de Qualificações (SNQ)**. Neste contexto, foi criado o Catálogo Nacional de Qualificações, que integra actualmente cerca de 240 qualificações de nível não superior, distribuídas por 41 áreas de educação e formação. Estão definidos para cada qualificação o perfil profissional, bem como o referencial de formação associado, organizados em mais de 5 000 Unidades de

Formação de Curta Duração certificáveis de forma autónoma, das quais cerca de 800 promovem a mobilidade intra e inter áreas de educação e formação e uma maior mobilidade profissional. Todas permitem uma maior flexibilidade no acesso à qualificação.

No domínio da **melhoria da qualidade e estímulo à mobilidade no Ensino Superior**, importa destacar: (a) adequação do Ensino Superior em Portugal ao processo de Bolonha. No ano lectivo 2007-2008 cerca de 87% dos cursos de formação inicial (ensino público e privado) já se encontram organizados de acordo com os princípios deste processo; (b) abertura do ensino superior a novos públicos, com um novo regime de acesso para maiores de 23 anos. Desta forma o número de ingressos de adultos no ensino superior aumentou para cerca de 10 850 no ano lectivo de 2006-2007; (c) aumento muito relevante do número de Cursos de Especialização Tecnológica, bem como do número total de novos estudantes (176 cursos ministrados em estabelecimentos do ensino superior em 2007, com mais de 2 600 estudantes inscritos e com cerca de 2 700 vagas a abrir pelas instituições até final do ano); (d) conjunto de legislação aprovado, nomeadamente o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, o Regime Jurídico da Avaliação do Ensino Superior, a criação da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior, o novo Regulamento dos Regimes de Mudança de Curso, Transferência e Reingresso no Ensino Superior, e o novo regime jurídico do reconhecimento de graus superiores estrangeiros; (e) implementação do sistema de empréstimos a estudantes do ensino superior, alargamento do âmbito de atribuição de bolsas de estudos aos estudantes inscritos em cursos de especialização tecnológica e em mestrados.

Na área da **aceleração do desenvolvimento científico e tecnológico** promovida pela iniciativa Compromisso com a Ciência para o Futuro de Portugal, distinguem-se: (a) formação avançada em recursos humanos através do aumento do número de bolsas concedidas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) para doutoramento (em 2007, mais de 2 000 novas bolsas, face a 1 750 em 2006 e 1 170 em 2005) e pós-doutoramento (cerca de 900 bolsas em 2007, face a 735 em 2006 e 635 em 2005); (b) financiamento de 4 940 projectos em I&D em todos os ramos científicos pela FCT; (c) promoção do emprego científico através do apoio à inserção, em 2007, de 630 novos doutorados em diversas instituições no sistema científico e tecnológico (contribuindo para o objectivo proposto de apoiar a inserção de um total de cerca de 1 000 doutorados até 2009).

Procedeu-se à criação, em parceria com Espanha, do INL - *International Iberian Nanotechnology Laboratory*, iniciativa pioneira de um novo tipo de parceria institucional internacional em ciência e tecnologia na Europa que criou a 1ª organização científica internacional localizada na península ibérica e também a 1ª em toda a UE dedicada à área estratégica da nanotecnologia. Foram lançadas novas parcerias internacionais em ciência e tecnologia e do ensino superior envolvendo universidades portuguesas e estrangeiras, instituições científicas e empresas, em torno de programas científicos e de formação pós-graduada segundo áreas temáticas, das quais se destacam: (a) Programa MIT-Portugal - parceria com o *Massachusetts Institute of Technology*, para as áreas dos sistemas de Energia, Transportes, Concepção e Produção e Bioengenharia; (b) Programa CMU-Portugal -

parceria com a *Carnegie Mellon University*, tendo como áreas base Engenharia de *Software*, Redes de Informação, Infraestruturas Críticas e Redes de sensores, Segurança de Sistemas e Redes de Informação, Tecnologia da Linguagem, Mudanças Tecnológicas e Inovação, e Matemática; (c) Programa UTAustin-Portugal - parceria com a *University of Texas at Austin* para as áreas dos Conteúdos Digitais Multimedia, da Computação Avançada, da Matemática e da Comercialização de Tecnologia; (d) Programa com a *Fraunhofer Society* visando a instalação, em Portugal e em 2008, do primeiro Instituto Fraunhofer fora da Alemanha, focado em tecnologias, aplicações e serviços para *Ambient Assisted Living*; (e) Programa com a *Harvard Medical School* em investigação biomédica básica, translacional e clínica, e na criação e distribuição via *Internet* de informação em língua Portuguesa sobre saúde, cuidados de saúde e investigação biomédica dirigidos ao público.

No âmbito da promoção da cultura científica e tecnológica e do ensino experimental das ciências destacam-se: (a) aprovação de cerca de 1 100 projectos de melhoria do ensino experimental das ciências na escola e apoio à cultura científica; (b) realização 856 estágios de estudantes do ensino secundário em instituições de investigação e de ensino superior no âmbito do programa Ciência Viva, que envolveu, pela primeira vez, um intercâmbio entre Portugal e Espanha; (c) mobilização para actividades de férias em Astronomia, Biologia, Geologia e Engenharia (136 instituições asseguraram mais de 2 300 acções de divulgação em 2007), (d) alargamento da rede de Centros Ciência Viva em 2006 e 2007, que integra já 16 centros em todo o país.

Para impulsionar a **criatividade artística**, realça-se a criação de uma marca digital Inspeção Geral de Actividades Culturais (IGAC), que faz a autenticação das obras e conteúdos culturais; a promoção e difusão internacional da cultura e do património português; e a criação da Cinemateca Júnior promovendo a acção educativa e a criação de novos públicos.

2º OBJECTIVO – CRESCIMENTO SUSTENTADO E COMPETIVIDADE À ESCALA GLOBAL

Um crescimento mais rápido da economia portuguesa impõe um significativo aumento da produtividade associado a um forte investimento nos sectores de bens e serviços transaccionáveis, o que, para ser compatível com a criação de emprego, exige uma mudança no padrão de actividades do País, aproveitando e estimulando as suas possibilidades endógenas.

Visando **um novo impulso à inovação empresarial** destacam-se as seguintes medidas e concretizações:

- Avaliação intercalar, iniciada em 2007, das 8 Redes de Competência, (Bio-Energia, Cuidados de Saúde e Medicina, Desmaterialização das Transacções, Micro-Maquinação dos Moldes, Mobilidade, Polímeros, Sector Agro-Florestal e Alimentar, Telecomunicações e Tecnologias da Informação), criadas em 2006;
- Promoção da articulação em rede dos 22 Centros de Valorização, aprovados em 2006, que envolve Centros Tecnológicos, Estruturas de Interface Universidade-

Empresa (e.g., INEGI, INOV INESC, UNINOVA), Gabinetes de Apoio à Propriedade Industrial, *Innovation Relay Centres / European Info Centres*, Oficinas de Transferência de Tecnologia e Conhecimento. No âmbito da iniciativa NEOTEC (Programa de Apoio à Criação e Desenvolvimento de Ideias de Base Tecnológica), foram aprovados 12 núcleos Valorização do Potencial Empresarial, envolvendo instituições do Ensino Superior e outras entidades ligadas à promoção do empreendedorismo; e 116 projectos, em ligação com o sistema científico e universitário, que já deram origem à criação de 61 novas empresas de base tecnológica (até Nov. de 2007).

É ainda de referir: (a) criação de 190 núcleos de I&D em empresas; (b) intensificação da Bolsa de Emprego Científico para empresas, que conta com mais de 1 000 inscritos; (c) reposição, a partir de 2006, do Sistema de Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, que revela um aumento de 50% no número de candidaturas face a 2003.

Segundo os dados publicados em Novembro de 2007 do último Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, a despesa em I&D executada pelo sector Empresas ultrapassou, pela primeira vez, o total despendido pelo Ensino Superior. E pela primeira vez o orçamento de Ciência e Tecnologia ultrapassa em 2008 o valor de 1% do PIB, manifestando o reforço da prioridade dada ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Na **promoção do empreendedorismo** salienta-se: (a) apoio à elaboração de 105 planos de negócio no biénio 2006/2007; (b) criação de novas empresas inovadoras e de base tecnológica, 40% das quais em sectores de média e alta tecnologia e com um investimento de capital de risco superior a 15 milhões de euros; (c) criação de 10 redes de *business angels*.

Uma economia competitiva à escala global, orientada para actividades de futuro e criadoras de emprego, passa pelo cumprimento de algumas exigências estruturais. Destacam-se o **aumento do emprego** nas indústrias voltadas para a competição internacional e o reforço do peso dos produtos que exigem qualificações tecnológicas. Neste sentido, salienta-se que o emprego nos serviços intensivos em conhecimento tecnologicamente avançado em 2006 representava 1,8% do total do emprego, antecipando a meta de 1,8% estabelecida para 2010. Foi neste grupo de sectores que o crescimento do emprego foi mais acelerado (cerca de 51,5% entre 2000 e 2006).

Nos três primeiros trimestres de 2007 o peso das **exportações de produtos de alta tecnologia** foi de cerca de 11,5%, ultrapassando a meta de 11,4% proposta para 2010.

Uma sociedade e uma economia preparadas para tirar partido das TIC têm vindo a ser construídas mediante progressos na iniciativa Ligar Portugal, de que se destacam:

- Redução dos custos de aquisição de computadores pelas famílias com estudantes a cargo: são dedutíveis 50% dos montantes despendidos, em sede de IRS, até ao limite de 250 euros;

- Ligação de todas as Escolas Públicas, do 1º ao 12º, à *Internet* em Banda Larga, em Janeiro de 2006 (em 2005, 18%); em 2007 ligação da RCTS (Rede Ciência Tecnologia e Sociedade) em fibra óptica a Espanha, até á fronteira Minho-Galiza, permitindo alargar a conectividade à rede Europeia *Géant2* a 10 Gbps, ultrapassando-se assim a situação de Portugal ser o único país da UE15, com excepção da Grécia, que não tinha acesso a esta largura de banda para ligação às redes de investigação e educação dos outros países;
- Construção, em 2005, de um *backbone* da RCTS em fibra escura de Lisboa a Braga, estendido em 2007 até á fronteira Minho-Galiza com Espanha, assegurando a ligação a 10Gbps entre instituições do Ensino Superior com mais de 60% de todos os alunos do país neste nível de ensino;
- Expansão dos serviços e da utilização associados ao inovador projecto de integração de todo o Ensino Superior num único *Campus Virtual*;
- Alargamento, em 2007, da utilização da Biblioteca do Conhecimento *Online* (b-on) a todas as instituições do ensino superior público;
- Lançamento da Iniciativa Nacional GRID, com várias acções para o desenvolvimento da computação GRID no país, e da iniciativa IBERGRID com Espanha, em cujo âmbito foi preparado um Documento de Bases para um Plano Comum Ibérico de Infra-estruturas para Computação Distribuída;
- Desenvolvimento de 32 projectos de Cidades e Regiões Digitais que abrangem uma área total de mais de 95% do território nacional onde habita mais de 80% da população.
- Aprovação, em 2007, de quatro projectos de Redes Comunitárias em regiões desfavorecidas: Rede Comunitária de Banda Larga da Terra Quente Transmontana, Rede Comunitária do Distrito de Évora, Rede Comunitária do Vale do Minho e “Valimar Net” (comunidade urbana constituída por Viana do Castelo, Ponte de Lima, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Caminha e Esposende). Em conjunto, estes projectos permitem instalar mais de 1 000 Km de ligações em fibra óptica;
- Redução da Info-Exclusão e Promoção da Integração Social de Cidadãos com Necessidades Especiais: estão em funcionamento 1 131 Espaços *Internet* em vários pontos do país que permitem o acesso livre e gratuito à *Internet* em banda larga a qualquer pessoa, com o apoio de pessoal especializado, destacando-se: 324 Espaços *Internet* em municípios; 215 em Instituições de Solidariedade Social, no âmbito da Rede Solidária; 187 em Bibliotecas Públicas; 132 em Centros de Inclusão Digital, no âmbito do Programa Escolhas; 123 em Cidades e Regiões Digitais; 30 em Centros de Emprego e Formação.

Estas medidas têm viabilizado taxas de crescimento assinaláveis no contexto da Sociedade de Informação traduzidas na taxa de penetração do acesso à *Internet* em banda larga na ordem dos 15% para os acessos fixos, no 3º trimestre de 2007, (mais 64% do que no 1º trimestre de 2005), e de 11% na banda larga móvel.

3º OBJECTIVO – MELHOR AMBIENTE E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

Este Objectivo visa assegurar um modelo de desenvolvimento que integre, por um lado a protecção do ambiente com base na conservação e gestão sustentável dos recursos naturais, de forma que o património natural seja evidenciado como factor de diferenciação positiva, e por outro o combate às alterações climáticas que, sendo em si mesmo um desafio para diversos sectores da sociedade, seja encarado como uma oportunidade para a sustentabilidade.

Ao nível do **abastecimento de água às populações** tem-se verificado a aproximação às normas estipuladas na legislação sobre a qualidade da água. O balanço da implementação do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais – PEAASAR 2000-2006 - demonstrou que, embora se tenham verificado progressos significativos no sector da água, continuam a persistir questões fundamentais por resolver, que justificam a elaboração de um novo Plano Estratégico para o próximo período de programação dos Fundos Comunitários, o PEAASAR II 2007-2013. Este documento estabelece como meta a atingir em 2013 que nessa data 90% da população é servida e por sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais.

O panorama nacional ao nível da **qualidade das águas balneares** tem vindo a evoluir positivamente, sendo que as águas balneares costeiras e estuarinas continuam a apresentar uma qualidade acima da média da UE25 e as águas balneares interiores na média da UE25.

No âmbito da **gestão integrada da zona costeira** foi elaborada uma proposta de Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira (ENGIZC) que consagra os objectivos fundamentais e as opções estratégicas que deverão presidir a uma política de ordenamento, planeamento e gestão da zona costeira, servindo de referência à actuação das entidades públicas e privadas, da comunidade científica e dos cidadãos, em articulação com outros instrumentos e políticas com incidência nesta área.

Para **valorizar o património natural** e servir de guião e pilar à actuação dos **sectores agro-silvo-pecuários**, nos últimos anos foi produzido um conjunto de documentos fundamentais: Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural, Estratégia Nacional para as Florestas, Plano Nacional de Defesa da Floresta contra os Incêndios, e Estratégia Nacional para os Efluentes Agrícolas e Agro-Industriais.

Para o **sector florestal**, 2007 foi um ano de consolidação e desenvolvimento das orientações de política estabelecidas na Estratégia Nacional para as Florestas e no **Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios**, o que contribuiu para os resultados excepcionais do ponto de vista do número de ocorrências (10 395, correspondendo a 42% da média anual no período 2002-2006) e da superfície ardida (16 605 ha, 8% do valor médio do mesmo período). Esta situação foi acompanhada de um abrandamento da emissão de carbono para a atmosfera (menos 1 milhão e meio de toneladas, face à média dos anos anteriores) e da salvaguarda de um recurso económico fundamental, obviando à perda de 283 milhões de euros de valor da floresta, igualmente tendo como referência a média do

período referido. Diversos indicadores que isolam os parâmetros meteorológicos (favoráveis em 2007) indicam uma melhoria sensível não só do comportamento das populações mas também do sistema de combate nos dois últimos anos. Reforçando esta tendência, foram implementados dois **sistemas de certificação florestal**, abrangendo 225 486 ha, sendo 50% da área certificada ocupada por eucalipto destinado ao fabrico de pasta para papel.

Ainda no que respeita ao desenvolvimento de **regimes de qualidade certificada**, no ano de 2007 deu-se o alargamento da Produção Integrada (PRODI) à **actividade pecuária**.

No âmbito da **conservação e valorização de Áreas Protegidas e da Rede Natura, da Paisagem Rural e da Implementação do Plano Sectorial da Rede Natura**, destacam-se: (a) elaboração de sete planos de ordenamento para áreas protegidas (concluída a discussão pública); (b) lançamento da iniciativa *Business & Biodiversity* e promoção da adesão de parceiros privados, no âmbito da Presidência Portuguesa da UE; (c) lançamento da iniciativa Escolas da Natureza numa área protegida piloto (Parque Natural da Serra de S. Mamede).

Em 2007 foi dado início ao desenvolvimento do **Programa da Rede Rural Nacional**, que tem como objectivo reforçar o intercâmbio entre todos os actores dos territórios rurais, favorecendo o conhecimento das boas práticas e do *know-how* em coerência com as orientações comunitárias e com o Plano de Desenvolvimento Rural.

Quanto à **conservação das espécies florísticas e faunísticas ameaçadas ou particularmente características**, em particular no quadro da implementação da Rede Natura 2000, em 2007 foi (a) elaborado o Plano de Acção para o Lince Ibérico (concluída a discussão pública) e estabelecido o Acordo Luso-Espanhol para Reprodução de Lince Ibérico em Cativo; (b) editado o Atlas dos Bivalves de Água Doce de Portugal continental.

Foram realizadas acções diversas para a **inventariação, caracterização e valorização do património geomineiro do território nacional**, tendo em vista a promoção da sua preservação como valores culturais de forma sustentável, entre as quais: (a) acções de divulgação científica realizados anualmente no âmbito do programa Geologia no Verão; (b) Projecto RUMYS – *Rutas Minerales en Ibero América y Ordenamiento Territorial* (incluindo a Rota da Pirites do Sector Português da Faixa Piritosa Ibérica e a Rota do Mármore)

Para a **integração da conservação da natureza nas outras políticas**, nomeadamente de desenvolvimento urbano, de obras públicas e de desenvolvimento rural, destacam-se: (a) protocolo EDP/ICNB e ONG para minimização do impacte das linhas de distribuição de energia na avifauna (estudos, monitorização e minimização); (b) normativo para instalação de linhas eléctricas; (c) normativo de apreciação de projectos de infra-estruturas lineares (excepto linhas eléctricas) na biodiversidade; (d) apreciação de projectos e planos em sede regulamentar, incluindo o desenvolvimento de programas de monitorização e medidas de minimização e compensação (AIA e legislação específica); (e) lançamento do projecto de identificação de Intervenções Territoriais Integradas para a gestão agro-florestal da Rede Natura 2000. Para a promoção do **turismo para o desenvolvimento rural** foi aprovado

um novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos de turismo de natureza e turismo no espaço rural.

Durante 2007 foi aprovado um conjunto de instrumentos legais que visam a **redução de emissões de poluentes atmosféricos**, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar ambiente: (a) fixação de valores alvo e requisitos de avaliação relativos aos metais pesados e aos hidrocarbonetos aromáticos policíclicos no ar ambiente; (b) definição dos procedimentos para a execução dos planos de melhoria da qualidade do ar nas zonas em que foram excedidos os valores-limite para protecção da saúde humana; (c) elaboração do Programa de controlo relativo aos Compostos Orgânicos Voláteis (COV) nos produtos de tintas e vernizes para aplicação em edifícios e de produtos de retoque de veículos rodoviários; (d) aprovação e implementação do Programa dos Tectos de Emissão Nacionais relativo ao SO₂, NO₂, NH₃ e COV. Quanto à evolução das emissões dos poluentes atmosféricos, destacam-se as concentrações anuais de fundo das partículas inaláveis (PM₁₀ - partículas com diâmetro inferior a 10µm) que, à semelhança do que se tem verificado na Europa, têm vindo a apresentar uma tendência decrescente, reflectindo o efeito da legislação comunitária e nacional sobre a limitação de emissões de poluentes atmosféricos. É também notório o esforço de Portugal no sentido da redução das emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes, de forma a cumprir os limites estabelecidos para 2010.

Para uma **abordagem integrada da gestão de resíduos**, o ciclo de vida do produto assume um particular relevo. O produtor, responsável pela sua colocação no mercado, detém um papel e uma responsabilidade estratégicos ao intervir na sua concepção e, portanto, na decisão quanto a uma eventual aplicação de conceitos de *ecodesign* que limitem a utilização de substâncias perigosas e evitem, a jusante, tanto a formação de resíduos como o recurso a operações de eliminação. Tendo como objectivo criar sistemas integrados de fluxos específicos de resíduos, procuraram-se criar condições necessárias ao desenvolvimento e consolidação da aplicação do princípio da responsabilidade do produtor. No ano de 2007 as nove entidades gestoras licenciadas – embalagens (SPV, Valormed, Sigeru), pneus (Valorpneu), pilhas (Ecopilhas), veículos (Valorcar), óleos minerais (Sogilub) e de equipamentos eléctricos e electrónicos (Amb3E e ERP-Portugal) - contribuíram, através da aplicação do princípio da responsabilidade alargada do produtor, para: (a) envolvimento de todos os operadores económicos no ciclo de vida do produto; (b) prevenção da quantidade e perigosidade dos resíduos gerados; (c) aplicação da hierarquia de gestão de resíduos; (d) cumprimento de metas de reutilização, recolha, reciclagem e valorização; (e) alcance de objectivos de informação e sensibilização, e de I&D.

Durante 2007 destaca-se ainda o **Projecto Prevenção de Resíduos Industriais** (PRRESI) que, através de conhecimento e formação com carácter demonstrativo, com a participação de Associações Sectoriais e Centros Tecnológicos, promoveu uma nova cultura que visa a “produção zero” de resíduos na actividade industrial. Integrou a transferência de ferramentas e informação junto de sete sectores industriais prioritários pela sua importância e potencial de prevenção: Curtumes; Indústrias Gráficas e Transformadoras de Papel; Madeira e Mobiliário; Material Eléctrico e Electrónico; Metalurgia e Metalomecânica; Têxtil e

Vestuário. O Projecto PRERESI envolveu um considerável número de empresas e de participantes em acções de divulgação e formação. Foram realizados doze estudos de caso em empresas industriais na implementação de programas de prevenção na óptica do “zero de resíduos”. Refere-se, também, o VALAL – **Valorização de Lamas com Alumínio** no Tratamento de Efluentes Industriais e Municipais -, que consistiu no desenvolvimento e teste de produto a partir de lamas. Os resultados da aplicação das lamas de anodização demonstraram o seu valor como coagulante/floculante de efeito duplo (agregação, neutralização) para tratar efluentes industriais e municipais (eficiências de remoção de turvação, CQO e metais de 85%-99%), com consequente substituição vantajosa dos produtos químicos habitualmente utilizados (polielectrólitos, sais minerais).

Relativamente à **gestão dos riscos naturais**, houve uma melhoria da capacidade de monitorização e prevenção dos riscos sísmicos e gestão dos seus efeitos, em concreto sobre o edificado, através da Base de Dados sobre a Sismotectónica do Território Continental Português e do Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve. Está em fase de conclusão o Plano de Emergência Especial para Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e concelhos limítrofes, e em curso o estudo do risco sísmico e de tsunami no Algarve, com vista à elaboração do respectivo plano de emergência.

No que diz respeito aos **riscos tecnológicos**, em 2007 foi publicada nova legislação que pretende **prevenir a ocorrência de acidentes graves** com origem em desenvolvimentos não controlados do processo industrial ou de armazenagens de alto risco envolvendo a emissão de substâncias perigosas (produtos tóxicos, inflamáveis ou explosivos) e limitar as suas consequências para o Homem e o Ambiente. Introduz importantes alterações para uma adequada prevenção e gestão dos riscos tecnológicos, entre elas o estabelecimento de um procedimento que visa garantir a existência de distâncias adequadas entre estabelecimentos de risco e zonas vulneráveis, através da avaliação do impacte da instalação de novos estabelecimentos ou de alterações de estabelecimentos existentes. Sempre que o projecto de novos estabelecimentos ou alterações de estabelecimentos existentes esteja sujeito a Avaliação de Impacte Ambiental, a avaliação da compatibilidade destes projectos, na perspectiva da prevenção de riscos, é efectuada nesse âmbito. Outra medida inovadora consiste na criação de um sistema de verificação independente do processo de implementação, em aplicação, dos sistemas de gestão de segurança nos estabelecimentos abrangidos pelo Nível Superior de Perigosidade, que contribui para um melhor desempenho ambiental e de segurança destes estabelecimentos e um consequente aumento do grau de confiança por parte da administração relativamente aos mesmos.

Tendo presente que a actividade mineira tem impactes ambientais consideráveis, e que Portugal tem um passivo importante de minas, referem-se os seguintes projectos: (a) Ecorisk - Sistema de informação e decisão relativo aos riscos ambientais derivados de derrames de barragens de lixiviados de áreas mineiras; (b) EVALUSE - Avaliação da vulnerabilidade ambiental da área mineira de Aljustrel; (c) Retenção de Metais Poluentes por Minerais Secundários em Minas Abandonadas: o exemplo da mina de São Domingos, (d) UTPIA – Utilização do chumbo como indicador da vulnerabilidade ambiental na Faixa

Piritosa Ibérica; (e) METALTRAVEL – Evolução temporal de escombreyras mineiras e seu impacto ambiental

Além do desenvolvimento de **mecanismos de acesso célere à informação e justiça ambiental**, no âmbito da **promoção da educação ambiental e sensibilização** da população portuguesa para as temáticas do desenvolvimento sustentável, em particular para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade, em 2007 referem-se: (a) desenvolvimento dos projectos de âmbito escolar: Programa Eco-Escolas (cerca de 800 em 150 municípios), Projecto Jovens Repórteres para o Ambiente (mais de 100 escolas) e Campanha *Coastwatch* (cerca de 400 escolas), além das actividades em desenvolvimento nas Ecotecas (10 Ecotecas); (b) implementação do Programa Bandeira Azul 2007 para as praias, desenvolvido sob o tema anual "As Alterações Climáticas e o Litoral", concretizando-se as actividades de educação e sensibilização ambiental obrigatórias nas 190 zonas balneares galardoadas, correspondentes a 62 municípios, e ainda nas 12 Marinas e Portos de Recreio, perfazendo um total de aproximadamente 600 actividades; (c) aprovação de 37 candidaturas ao Programa ECO-XXI, destinado a autarquias, no sentido de promover a implementação das Agendas 21 Locais, onde será avaliado o cumprimento de um conjunto de indicadores, entre os quais alguns na área de educação ambiental e informação aos munícipes em cooperação com a sociedade civil.

Tendo em vista a **preservação e valorização do património construído**, o Orçamento de Estado para 2008 aprovou diversas medidas de incentivo à reabilitação do património edificado, através de benefícios fiscais especiais, incentivando a realização de acções de reabilitação de edifícios em zonas urbanas degradadas, caracterizadas pela predominância de edifícios com deficientes condições de solidez, segurança, salubridade e estética.

4º OBJECTIVO - MAIS EQUIDADE, IGUALDADE DE OPORTUNIDADES E COESÃO SOCIAL

Este Objectivo reitera a importância de questões como a solidariedade intra e intergeracional e de melhoria das condições de vida e da coesão social.

Em Janeiro de 2007 foi publicada **Lei de Bases da Segurança Social**, cujas medidas têm vindo a ser implementadas, com o objectivo de promover a sustentabilidade económica, social e financeira do sistema. Neste domínio, foi também modificado o **regime de atribuição do subsídio de desemprego**, com vista a aumentar o rigor na sua atribuição e a reforçar a componente de activação dos centros de emprego.

Salientam-se um conjunto de **medidas transversais** que se relacionam com a integração no mercado de trabalho, o acesso a equipamentos e serviços de qualidade.

Destaca-se a dinâmica de execução das políticas activas de emprego e a apresentação, em Agosto de 2007, da proposta de **reforma das medidas de política activa de emprego**. Este processo de reforma articula-se com o conjunto de alterações no sistema global de medidas destinadas à qualificação e ao apoio à integração profissional de jovens e activos (cf. Objectivo 1).

Em termos de execução das políticas activas de emprego, até Novembro de 2007 tinham sido abrangidos 338 415 indivíduos pelas políticas activas de emprego sob execução do IEFP, o que corresponde a um crescimento homólogo de mais 12,7% face ao mesmo mês do ano anterior, estando a execução a 86% da meta definida para 2007.

No quadro do acesso a equipamentos e serviços de qualidade, as intervenções têm abrangido áreas como a saúde, a educação e formação, a protecção social e a habitação.

Na área da **saúde**, a actuação tem vindo a ser reforçada em dois domínios fundamentais: (a) **melhoria do acesso** da população a cuidados de saúde adequados, destacando-se o início da reforma dos cuidados de saúde primários (reorganização dos centros de saúde e constituição de 105 Unidades de Saúde Familiar (USF), estimando-se os utentes potenciais em 1 390 050, mais 13% utentes inscritos), a implementação da Rede Nacional de Cuidados Integrados de Saúde e Acção Social, mais ajustada às necessidades específicas da população com maior grau de dependência (contratualização de cerca de 2 200 camas em unidades de convalescença de média e longa duração e de cuidados paliativos, tendo sido apoiadas, até ao final de 2007, cerca de 5 200 pessoas) e a criação da Linha Saúde 24; (b) **acções de carácter preventivo e de diagnóstico precoce**, direccionadas a ganhos em saúde em grupos de maior risco ou vulnerabilidade, de que são exemplo o lançamento da Plataforma contra a Obesidade, a reorganização dos programas de rastreio do cancro da mama, colo do útero, cólon e recto, a implementação dos mecanismos de acesso rápido a tratamento do enfarte agudo do miocárdio e do acidente vascular cerebral.

A **expansão e qualificação da rede de serviços de proximidade**, em função de uma melhoria do número de respostas, qualidade e equidade na distribuição territorial permitirá um maior apoio às famílias mais carenciadas e contribuirá para gerar novos empregos. Através do Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais e do Programa de Apoio ao Investimento em Equipamentos Sociais propõe-se o aumento da capacidade instalada em creches e o reforço das respostas sociais para idosos; a disponibilização de lugares em equipamentos da rede de cuidados continuados integrados e o aumento de respostas sociais para pessoas com deficiência, tendo decorrido em 2007 o processo de candidaturas.

Integrado também nesta lógica de proximidade de respostas e serviços para a população mais excluída, encontra-se o **Programa de Conforto Habitacional para as Pessoas Idosas**, estando a decorrer experiências piloto em três distritos, em territórios de baixa densidade populacional e onde a população idosa é maioritária, através das redes de parceria e de proximidade sob a liderança dos municípios e da segurança social, sejam executadas melhorias nas habitações das pessoas idosas tendo como objectivo a possibilidade da sua permanência em casa apoiada por serviços de apoio domiciliário.

Com vista à consolidação e reforço do objectivo de **garantia de um rendimento básico de inserção**, em paralelo com o reforço das medidas de inserção profissional, o Rendimento Social de Inserção no final de 2007 abrangia 311 376 beneficiários e 111 772 famílias. O programa de inserção profissional abrange cerca de 160 590 dos beneficiários (51,6%).

Ao nível dos idosos, tendo sido identificado como principal factor de pobreza os baixos recursos financeiros e, sendo frequente a existência de agregados familiares constituídos apenas por idosos, foi lançado o complemento solidário para idosos, que abrangia no final de 2007, 55 773 pessoas com mais de 70 anos, tendo sido alargado a pessoas com 65 anos já este ano.

Foram aprovadas diversas medidas fiscais tendo em vista a melhoria da equidade do sistema fiscal, destacando-se, em particular, o conjunto de **medidas destinadas a pessoas com deficiência**, no âmbito dos diversos impostos, previstas no Orçamento do Estado para 2008: (a) **Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)**; (b) **Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)**; (c) o quadro geral das isenções de **Imposto sobre Veículos (ISV)**.

Ainda no contexto da promoção de uma maior equidade fiscal, salienta-se, por outro lado, em sede de IRS, a continuação do processo iniciado em 2006 de convergência da tributação do rendimento de pensões para a tributação do rendimento de trabalho dependente.

5º OBJECTIVO – MELHOR CONECTIVIDADE INTERNACIONAL DO PAÍS E VALORIZAÇÃO EQUILIBRADA DO TERRITÓRIO

Pretende-se com este Objectivo mobilizar os diversos instrumentos de planeamento com efeitos directos no território, de modo a reduzir o impacto negativo do posicionamento periférico de Portugal no contexto europeu, melhorando ou criando infra-estruturas de acesso eficaz às redes de comunicação e transportes mundiais, tirando partido da conectividade digital, reforçando, assim, as condições de competitividade nacional e regional. Pretende-se também valorizar o papel das cidades como motores fundamentais de desenvolvimento e internacionalização, tornando-as mais atractivas e sustentáveis, reforçando o papel do sistema urbano nacional como dinamizador do conjunto do território.

As **redes transeuropeias da política europeia de transportes (RTE-T)**, na qual as opções políticas nacionais no sector dos transportes se enquadram, visam a integração dos portos marítimos, portos de navegação interior e terminais intermodais e também a total interoperabilidade dos diferentes modos de transporte numa verdadeira rede intermodal, incorporando nas infra-estruturas de transporte de interesse comum as Auto-estradas do Mar, como conceito inovador para ultrapassar os congestionamentos rodoviários. Este projecto, cuja concretização no contexto nacional se designa por **PORTMos - Auto-Estradas do Mar Portuguesas -**, traduzir-se-á na absorção significativa de parte do tráfego internacional rodoviário de mercadorias, reduzindo o congestionamento rodoviário e melhorando as acessibilidades ao centro da Europa. O PORTMoS, concretizado em dois projectos-piloto que arrancaram no 2º semestre de 2007, possibilitará uma transferência modal. O projecto PORTMoS não só conceptualizou, desenvolveu e testou a info-estrutura de apoio às Auto-Estradas do Mar, mas também permitiu lançar uma Janela Única Logística para toda a cadeia de transporte, numa lógica facilitadora, que reduz os entraves burocráticos, motivando a crescente adesão dos operadores e utilizadores.

A aposta no modo ferroviário é também um dos designios da RTE-T, sendo neste contexto que se insere o projecto nacional da **Rede Ferroviária de Alta Velocidade** (RAV), estando incluídas nos 30 projectos prioritários da RTE-T as ligações Lisboa-Porto, Lisboa-Madrid, Aveiro-Salamanca e Porto-Vigo. Os Eixos Prioritários e a calendarização da sua entrada em funcionamento são: Porto-Vigo e Lisboa-Madrid em 2013; Lisboa-Porto em 2015.

Relativamente ao **Sistema Logístico Nacional**, foi apresentado em Maio de 2006 a **Rede Nacional de Plataformas Logísticas** – ou **Plano Portugal Logístico** - que permitirá transformar Portugal numa Plataforma Atlântica de entrada de movimentos internacionais no mercado ibérico e europeu. Incluindo quatro categorias distintas (plataformas urbanas nacionais, portuárias, transfronteiriças e regionais), foram definidas 12 Plataformas Logísticas complementadas com 2 Centros de Carga Aérea (Porto e Lisboa). Em Dezembro de 2007 (a) estão concluídas a plataforma de portuária de Lisboa (pólo Bobadela) e a plataforma transfronteiriça de Chaves; (b) estão em infra-estruturação a plataforma portuária de Aveiro (Pólo Aveiro-Cacia), a plataforma portuária de Sines (Pólo A) e a plataforma transfronteiriça da Guarda; (c) estão em projecto a plataforma urbana/nacional do Poceirão, a plataforma portuária de Leixões, a plataforma portuária de Aveiro (Pólo do porto de Aveiro), e a plataforma portuária de Lisboa (pólo Castanheira do Ribatejo); (d) estão em estudo a plataforma urbana/nacional da Maia/Trofa, a plataforma transfronteiriça de Valença, a plataforma transfronteiriça de Elvas/Caia e a plataforma regional de Tunes. Foi apresentado, em Julho de 2006, o projecto da Plataforma Logística de Lisboa Norte; inaugurada a Plataforma Logística de Chaves, também em Julho de 2006; e apresentada, em Junho de 2007, a Plataforma Logística do Poceirão, que estará concluída em 2009. Está ainda a ser estudada uma nova plataforma na Região Centro, na área de influência do Porto da Figueira da Foz.

Ainda no que diz respeito ao Plano Portugal logístico, importa referir: (a) alteração da missão do GabLogis, com o objectivo de promover o Plano Portugal Logístico, atrair investimentos e desenvolver a Janela Única Logística; (b) realização pelo GabLogis de inúmeros contactos com grupos empresariais, nacionais e estrangeiros, interessados em participar na concretização do Portugal Logístico, mas também com municípios, ou conjunto de municípios, interessados em contribuir para a melhoria do projecto apresentado; (c) realização da Avaliação Ambiental Estratégica; (d) elaboração a Janela Única Logística de forma a ficar totalmente integrada com a Janela Única Portuária e as Auto-Estradas do Mar; (e) elaboração do projecto de diploma legal definindo o Regime Jurídico da Rede Nacional de Plataformas Logísticas.

No âmbito da **política de cidades**, foi implementado um novo instrumento de política, denominado Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação. Foi lançado um concurso para seleccionar um número restrito de Acções Preparatórias de Redes Urbanas para a Competitividade e a Inovação. Foram apresentadas 26 candidaturas, tendo sido seleccionadas cinco: quatro redes de âmbito territorial e uma de âmbito temático. Estas cinco redes urbanas configurarão redes piloto demonstrativas de metodologias de trabalho e de acções concretas a desenvolver no quadro de cooperação interurbana.

Concluiu-se em 2007 o projecto *Train to LA21*, que visa a **criação de competências em Agenda 21 Local**.

6º OBJECTIVO - PAPEL ACTIVO DE PORTUGAL NA CONSTRUÇÃO EUROPEIA E NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Neste Objectivo considera-se não só a cooperação internacional em torno da sustentabilidade global, aprofundando o relacionamento externo de Portugal com algumas regiões que se revestem de interesse prioritário para a sua afirmação no mundo, como também a contribuição para a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento económico e social, a consolidação e aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito, a luta contra a pobreza e a concretização dos Objectivos do Milénio.

O ano de 2007 permitiu avanços em diversas áreas, com destaque para as realizações durante a Presidência Portuguesa da UE, das quais se destacam:

- A **Cimeira UE-África**, com a adopção de uma Estratégia Conjunta e de um Plano de Acção para os próximos três anos que contempla as áreas das migrações, da energia, dos direitos humanos, das alterações climáticas e da investigação científica.
- A **Cimeira UE-Brasil**, onde houve um acordo sobre a necessidade de identificar e promover estratégias comuns para fazer face aos desafios mundiais, nomeadamente em matéria de paz e segurança, democracia e direitos humanos, alterações climáticas, diversidade biológica, segurança energética e desenvolvimento sustentável, luta contra a pobreza e a exclusão.
- A **Cimeira UE-Rússia**, na qual foi dado relevo à importância das alterações climáticas e onde se sublinhou a importância do estabelecimento de um mecanismo de alerta precoce em matéria de energia.
- A **Cimeira UE-China**, onde foram abordadas questões como as alterações climáticas, a segurança energética e o desenvolvimento de África, e foi assinado pelo Banco Europeu de Investimento (BEI) um empréstimo-quadro de 500 milhões de euros para a luta contra as alterações climáticas na China.
- Na **Cimeira UE-Índia** conseguiu-se um reforço da cooperação na área do comércio e dos investimentos, e a parceria para projectos em Países de Expressão Portuguesa, tendo-se realizado a 2ª edição do Seminário UE-Índia sobre Emprego e Política Social.
- Nas **Jornadas Europeias do Desenvolvimento**, em que os temas em discussão foram as alterações climáticas e o desenvolvimento, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e Timor-Leste assinam um Memorando de Entendimento com a Comissão Europeia que define as orientações em matéria de cooperação ao abrigo do décimo Fundo Europeu para o Desenvolvimento (FED). Timor-Leste participou nesta reunião pela primeira vez.

Na área da Cultura realizaram-se ainda outras iniciativas, não incluídas no programa da Presidência:

- O primeiro Fórum Cultural para a Europa, em que foi analisado o papel da Cultura enquanto factor de desenvolvimento económico de aproximação com outras regiões do Mundo e o primeiro Conselho de Parceria Permanente com a Rússia.
- Nas **relações bilaterais com Espanha** (a) foi aprovado, pela Comissão Europeia, o Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal - Espanha 2007-2013, que envolve um total de 354 milhões de euros e uma comparticipação do FEDER de 267,4 milhões de euros, e tem por objectivo promover o desenvolvimento sustentável e equilibrado dos territórios fronteiriços dos dois países ibéricos; (b) realizaram trabalhos na área das bacias hidrográficas luso-espanholas; (c) procedeu-se à elaboração do Plano de Acção para o Lince Ibérico e ao estabelecimento do Acordo Luso-Espanhol para Reprodução de Lince Ibérico em Cataveiro (d) e foi aprovado o Projecto Espaço Atlântico (2007-2013), que integrará a Espanha, França, Portugal continental, Irlanda e Reino Unido. Na Cimeira foi salientada a importância da cooperação transfronteiriça e reconheceu-se a relevância do Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça 2007/2013 para o aprofundamento e a concretização futura de iniciativas conjuntas nos sectores do Desenvolvimento Regional, da Saúde, da Administração Interna, do Ambiente e das Comunicações.

Nas **actividades de divulgação cultural** realizaram-se exposições itinerantes de artistas contemporâneos de expressão portuguesa. No âmbito da Presidência Portuguesa, foi dada visibilidade à cultura nacional através de 275 acções nas áreas de exposições, música, dança, teatro, cinema, livro e de eventos multidisciplinares .

Em 2007 desenvolveu-se uma política de expansão da Língua Portuguesa e de apoio ao multilinguismo, de formação de tradutores e intérpretes junto de Organizações internacionais e de realce permanente da dimensão externa da Língua Portuguesa. Procedeu-se ao alargamento das redes de Cátedras (crescimento de 25%), dos Leitorados (crescimento de 17,4%) e Centros de Língua Portuguesa (7,3%). A formação de professores e tradutores/intérpretes e a aposta no ensino do português enquanto língua de trabalho e de diálogo registou um aumento de 16,7%, ao mesmo tempo que a formação contínua de professores, nomeadamente nos PALOPS e em Timor-Leste, registou um crescimento de 6,3%. A cooperação compreende 250 instituições com projectos de cooperação, 461 leitores e docentes ao abrigo de Protocolos, 25 Cátedras e 50 pólos de formação em Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique.

No âmbito da cooperação para o desenvolvimento assumiu especial relevância a temática das migrações com a realização do 1º Fórum sobre Migrações e Desenvolvimento. Procedeu-se ainda à assinatura de três Programas Indicativos de Cooperação (PIC) com Angola, Moçambique e Timor-Leste para apoio ao cumprimento dos objectivos do Desenvolvimento do Milénio.

No âmbito do Acordo de parceria entre Portugal e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foram co-financiados projectos na área da governação democrática com Cabo-Verde, Guiné-Bissau e Timor-Leste, e celebrou-se um protocolo de cooperação com o Fundo das NU para a população (FNUAP).

Realça-se ainda a participação em *fora* multilaterais, nomeadamente na *Global Education Network Europe* (GENE), em programas de intercâmbio no domínio da educação, em acções de informação - como o da participação de Portugal nos Dias Europeus do Desenvolvimento - e na organização do Prémio Desenvolvimento para Jovens: Prioridade África - Desenvolvimento Sustentável.

De referir também a participação em projectos como:

- *Africa-Europe Georesources Observation System*, financiado pelo 7º Programa Quadro, no qual participam 22 países, visando a construção de um sistema de informação que torna operacionais os dados geológicos, matérias primas, recursos minerais e águas subterrâneas, permitindo contribuir para um melhor desenvolvimento sustentável nos países africanos;
- Início do desenvolvimento de um projecto com vista à elaboração das Cartas Geológica e Hidrogeológica à escala 1/1 000 000 da América Central e da América do Sul, que se espera venha a ser ratificado pelo conjunto dos países Ibero-americanos.

De destacar a apresentação, pela Comissão Europeia, do primeiro Relatório bienal de progresso da **Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável** (EDS). Esta matéria foi objecto de Conclusões no Conselho Europeu de Dezembro de 2007, nas quais é incentivado o aprofundamento deste processo, apontando para que os objectivos, princípios e áreas da estratégia de desenvolvimento sustentável se mantenham válidos, devendo a atenção ser focada na sua implementação e na identificação de domínios relevantes na óptica conjunta da EDS e da Estratégia de Lisboa, tais como o clima e energia, o sector dos transportes, os recursos naturais, a protecção da biodiversidade e a produção e consumo sustentáveis.

7º OBJECTIVO – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MAIS EFICIENTE E MODERNIZADA

A sustentabilidade do desenvolvimento passa pela adaptação da Administração Pública à valorização de um novo modelo de gestão dos serviços e dos recursos humanos, e a simplificação administrativa nas vertentes da vida das empresas e dos cidadãos e do funcionamento interno da Administração Pública.

O **Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE)** representou um dos primeiros passos da estratégia de **modernização da administração pública**, procedendo à sua reorganização através da redefinição de estruturas, funções e responsabilidades, e à sua adaptação aos procedimentos administrativos associados às reformas perspectivadas no âmbito do emprego público e do processo orçamental,

conduzindo a uma redução de 26,2% das macro-estruturas da Administração Central (direcções-gerais e institutos públicos) e uma diminuição de 24,9% das micro-estruturas (direcções de serviço e divisões). Nos cargos dirigentes verificou-se uma redução de 22,1% dos cargos de direcção superior e de 24,9% dos cargos de dirigentes intermédios.

Uma peça chave da presente reforma da Administração Pública é o estabelecimento de um **Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública (SIADAP)**, que procura desenvolver uma cultura de avaliação e transparência, com publicitação dos objectivos e dos resultados alcançados pelos serviços. O SIADAP integra os subsistemas de avaliação de desempenho dos serviços, dos dirigentes e dos trabalhadores da Administração Pública e articula-se com os sistemas de planeamento, estratégia e avaliação de cada ministério, criados no âmbito do PRACE, pretendendo-se que constitua um instrumento de avaliação do cumprimento dos objectivos anuais e estratégicos, de carácter plurianual, designadamente em matéria de eficácia, eficiência e qualidade, baseando-se, para isso, em indicadores de medida dos resultados a obter pelos serviços.

O novo regime de vínculos, carreiras e remunerações na Administração Pública, aprovado na Assembleia da República em 2007, não chegou ainda a entrar em vigor, em virtude de o Tribunal Constitucional se ter pronunciado pela inconstitucionalidade de algumas das suas disposições.

No novo regime de vínculos são definidas duas modalidades de vinculação: a nomeação e o contrato de trabalho em funções públicas, que passará a ser a modalidade comum, com um regime aproximado ao do Código do Trabalho. A nomeação é reservada às carreiras em que se assegurem funções de soberania e de autoridade.

O actual sistema de carreiras comportando mais de 1 400 carreiras e categorias, passará a integrar apenas três carreiras gerais.

Estabelece-se uma tabela remuneratória única e introduzem-se alterações ao sistema de suplementos, que passarão a tomar, em regra, a forma de montantes fixos. A possibilidade de alteração da posição remuneratória está dependente da obtenção por parte dos trabalhadores de avaliações de desempenho positivas, estando condicionada à existência de disponibilidade orçamental e a opções em matéria de gestão de recursos humanos, concorrendo com o recrutamento de novos funcionários na afectação de disponibilidades financeiras.

Foi criada a **Empresa de Gestão Partilhada de Recursos da Administração Pública** entidade pública de cariz empresarial que tem como missão apoiar a modernização dos sistemas de gestão de recursos humanos e financeiros na Administração Pública.

Foi também criada a **Agência Nacional de Compras Públicas**, entidade pública de cariz empresarial, que tem por incumbência a concepção, definição, implementação, gestão e avaliação do Sistema Nacional de Compras Públicas. Este Sistema visa a organização das compras públicas e a gestão do parque de veículos do Estado, numa lógica de partilha de

serviços comuns. Prevê-se que as poupanças possam atingir, de forma gradual, entre 10% a 15% da despesa relevante.

No domínio das medidas dirigidas à **satisfação das necessidades dos cidadãos** destacam-se: implementação do projecto **Nascer Cidadão**, permitindo o registo das crianças imediatamente após o seu nascimento nas maternidades e hospitais; criação do **Cartão do Cidadão**, documento que veio substituir os diferentes cartões (cartão de identidade civil, do serviço nacional de saúde, da segurança social, de eleitor e de contribuinte); criação da **Consulta a Tempo e Horas**, um novo sistema de marcação electrónica de primeiras consultas de especialidade hospitalar a partir dos centros de saúde, que já foi implementado na quase totalidade dos hospitais do SNS e em cerca de 75% dos centros de saúde; criação do projecto **Casa Pronta**, para a compra e venda de casa em balcão único, onde será possível, por exemplo, pagar o IMT, pedir a dispensa do pagamento do IMI, celebrar o contrato de compra e venda do imóvel e solicitar a prática dos registos; criação do projecto **Automóvel Online**, para a compra, venda e registo automóvel através da *Internet*; e desenvolvimento do sítio **IEFP-NETemprego**, que visa disponibilizar um conjunto de serviços *online*, impulsionadores da procura e da oferta de emprego em território nacional e europeu (resultados entre 28 de Junho de 2006, em que foi lançado o sítio e o dia 3 de Janeiro de 2008 – i) 121.374 currículos registados directamente, através do sítio, dispondo de um total de cerca de 750 000 currículos registados neste período; ii) 756 000 candidaturas a ofertas de emprego; iii) 27 503 ofertas de emprego divulgadas por este meio, das quais 7 562 ofertas registadas directamente no sítio, estando 3 097 ofertas disponíveis nesse momento, que correspondem a 4 355 postos de trabalho; iv) cerca de 47 000 postos de trabalho satisfeitos (colocações), sendo as respectivas ofertas divulgadas no sítio; v) 4 312 entidades empregadoras registadas como utilizadoras).

Na área da **simplificação fiscal** há a destacar, em 2007, o pré-preenchimento parcial das declarações de rendimentos Modelo 3, este ano alargada a todos os sujeitos passivos de IRS que auferiram em 2006 rendimentos tributáveis de trabalho dependente e pensões, e que representou um número de aproximadamente 1,8 milhões de declarações.

No domínio da modernização e da abertura das formas de acesso dos cidadãos ao direito, há a destacar os resultados conseguidos com o **Diário da República (DR)**, depois de ter passado a ser editado exclusivamente por via electrónica e de ter passado a ser disponibilizado como serviço público de acesso universal e gratuito, associado ao alargamento dos conteúdos disponibilizados gratuitos. No balanço do primeiro ano de implementação desta medida, são bem significativos os resultados já alcançados: acréscimo de 50% no número total de acessos diários ao DR Electrónico; média de 400 utilizadores em simultâneo; mais de 4 milhões de consultas à edição diária do DR; perto de 3 milhões de actos e diplomas pesquisados pelos utilizadores para efeitos de consulta ou impressão. De destacar que o fim da publicação em papel implicou uma redução de 1 400 toneladas de papel por ano, equivalente a cerca de 28 000 eucaliptos com dez anos, e uma poupança nos custos finais de publicação no montante de 3 milhões de euros anuais.

No domínio da criação de um **ambiente de negócios favorável à actuação das empresas**, particularmente das pequenas e médias empresas, são de referir a implementação do processo **Marca na Hora**, que permite adquirir uma marca sem necessidade de constituir uma empresa, bem como, por via electrónica, no momento da constituição de uma **Empresa On-line**, e a criação da **Certificação de PME on-line**, que permite aferir o estatuto de Pequena e Média Empresa de qualquer empresa que necessite de comprovar esta qualidade, incumbindo ao IAPMEI esta certificação.

O **Portal da Empresa** tornou-se, em 2007, um canal privilegiado de comunicação entre as empresas e a Administração Pública. Encontram-se actualmente disponíveis cerca de 450 operações, relacionadas com 75 serviços públicos. Um dos serviços disponibilizados é a “Empresa On-Line”, que consagra a possibilidade de constituição de uma sociedade através da *Internet*. Mais de 500 sociedades foram já constituídas através deste sistema, com uma duração máxima de quatro dias para a conclusão do processo. Relativamente ao projecto **Empresa na Hora**, continua a expansão da rede de postos de atendimento, tendo sido constituídas, de Julho de 2005 a Setembro de 2007, 35 047 empresas, com um tempo médio de criação inferior a uma hora, sendo este processo responsável por cerca de 65% das constituições de sociedades realizadas actualmente em Portugal. Quanto ao sistema tradicional, a informatização integral das Conservatórias do Registo Comercial permitiu diminuir o tempo médio necessário para a realização das tarefas de constituição de uma sociedade de 54 para cerca de 8 dias.

Na vertente do **licenciamento das actividades**, foi alterado, em 2007, o regime quadro do exercício da actividade industrial, dispensando-se os estabelecimentos industriais de menor risco potencial da formalidade de licenciamento prévio, mediante a apresentação de uma declaração, em que se assegura o cumprimento de toda a legislação aplicável, em matéria de licenciamento industrial, segurança, higiene e saúde no trabalho e ambiente.

Criação da **Segurança Social Directa**, um meio de comunicação entre Cidadãos, Empresas e a Segurança Social, realizado por *Internet*, através de um conjunto diversificado de serviços disponíveis. No início de 2008, registavam-se cerca 3 136 500 acessos e eram utilizadores do serviço 427 200 pessoas.

Disponibilização electrónica do **Boletim Trabalho e Emprego**, que permitirá obter uma poupança prevista para 2007 face a 2006, de 179 000euros.

De salientar que, os efeitos associados às **medidas de racionalização** em curso no sector da saúde permitiram que o SNS apresentasse em 2006 uma situação financeira equilibrada de, aproximadamente, 104 milhões de euros (saldo), contrariando a tendência observada nos últimos anos, estimando-se para 2007 a manutenção do equilíbrio financeiro. Para 2007, estima-se um crescimento nominal da despesa total do exercício, de 2,8%, que compara com a estimativa de crescimento nominal do PIB de 4,7%. Os bons resultados financeiros têm sido concretizados em paralelo com o acréscimo do acesso dos utentes do SNS aos cuidados de saúde, nomeadamente, pela redução do número de doentes na lista de inscritos

para cirurgia (passando de cerca de 245 000 no final de 2005 para 225 000 em 2006 e 207 000 no início de Novembro de 2007).

A aposta de Portugal na **Modernização da Administração Pública** tem-se traduzido na subida da posição de Portugal em alguns rankings internacionais, nomeadamente:

- Índice **Global E-Government**, da responsabilidade da Universidade de Brown, o qual procura medir, ao nível dos sites governamentais, o grau de disponibilização de conteúdos e serviços on-line e qualidade do acesso, em que Portugal subiu da 48.^a para a 7.^a posição do ranking. Ao nível dos países da UE ocupa o 2.^o lugar;
- **Online Public Services Ranking** - neste ranking Portugal posicionou-se em Maio de 2007 na 3.^a posição na UE (e na 2.^a na UE15) em termos de disponibilidade completa on-line dos serviços, e na 4.^a posição na UE (e na 3.^a na UE15) no que respeita à sua sofisticação, com uma acentuada recuperação em 2005-2007, dado que em Outubro de 2004 estava na 11.^a posição na UE15 em ambos os indicadores;
- Segundo o relatório **Doing Business 2008** tornado público pelo Banco Mundial, Portugal ocupa a 37.^a posição no ranking que avalia o ambiente para os negócios, correspondendo a uma subida de 3 posições em relação à edição anterior e de 8 posições relativamente à posição ocupada em 2005.